



Acordo entre Mercosul e Singapura garante tarifa zero para exportações

Brasil fecha o mês de junho com saldo positivo de 145.161 empregos

Página 4

Consumidores podem renegociar dívidas bancárias até 31 de agosto

Página 3

Brasil tem estratégia para ciência, tecnologia e inovação até 2034



O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) aprovou a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o período de 2024 a 2034. A Portaria nº 10.226, publicada na quarta-feira (28), estabelece diretrizes para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação no país ao longo da próxima década.

Segundo a norma, o documento será o principal instrumento de planejamento estratégico do ministério para a formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, programas, projetos e ações voltadas ao setor.

Página 4

Entra em vigor a partir do próximo sábado (1º) o Acordo Mercosul-Singapura, que deverá reduzir ou eliminar gradualmente as tarifas entre o país asiático e o bloco sul americano.

A parceria garante tarifa zero para 100% das exportações brasileiras destinadas ao país asiático. O texto também trará a definição de critérios comuns para as operações comerciais.

Além da redução de tarifas, o acordo amplia o acesso ao mercado de serviços, incen-

tiva investimentos e inclui um capítulo específico sobre comércio eletrônico, o primeiro negociado pelo Mercosul com um parceiro extrarregional.

O acordo com Singapura já está valendo no Uruguai desde fevereiro.

Em 2025, a corrente de comércio entre Brasil e Singapura atingiu US\$ 10,7 bilhões. As exportações brasileiras somaram US\$ 7,4 bilhões, com superávit comercial de US\$ 4,1 bilhões.

Página 3

Governo vê risco de quebra de safra com El Niño e prevê acionar térmicas por seca

Página 6

Saiba como vai funcionar a biometria nas eleições deste ano

Página 10

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,12
Venda: 5,12

Turismo
Compra: 5,15
Venda: 5,33

EURO

Compra: 5,83
Venda: 5,83

Esporte

Nick Monteiro fecha julho com mais quilometragem e mira reta final da Indy NXT 2026

Nicholas "Nick" Monteiro completou mais um bloco importante de sua primeira temporada na Indy NXT. O mês de julho colocou o piloto brasileiro da AJ Foyt Racing diante de dois desafios distintos: a rodada dupla no circuito misto de Mid-Ohio e a etapa em oval no Nashville Superspeedway, pela Music City Grand Prix.

Os resultados finais ainda não refletem todo o trabalho de desenvolvimento feito ao longo da temporada, mas julho representou mais uma etapa relevante no processo de adaptação de Monteiro à categoria de acesso à IndyCar. Em um grid marcado por alto nível técnico, diferenças pequenas de desempenho e pilotos já mais experientes na categoria, Nick seguiu acumulando quilometragem, leitura de corrida e experiência em diferentes tipos de pista.

No fim de semana de Mid-

Ohio, Monteiro enfrentou uma rodada dupla exigente em um dos circuitos mistos mais técnicos do calendário. Mais do que os resultados, Mid-Ohio serviu como um fim de semana de aprendizado em um traçado que exige precisão, constância e capacidade de adaptação entre treinos, classificação e corrida. Para um piloto em sua primeira temporada, a sequência de duas provas no mesmo fim de semana também amplia a necessidade de resposta rápida entre uma sessão e outra.

Duas semanas depois, Monteiro voltou à pista no Nashville Superspeedway, em mais um desafio em oval na temporada. Largou em 23º e terminou em 17º, avançando seis posições ao longo da prova. Nick completou a etapa em um circuito de alta velocidade, no qual a administração de tráfego, a consistência em longos trechos e a proximidade com o muro tornam a margem de erro reduzida.

A prova em Nashville reforçou um ponto importante na campanha de Monteiro: sua evolução em corridas de oval. Depois da experiência em St. Louis, onde já havia avançado posições e completado a prova no mesmo giro dos líderes, o piloto voltou a mostrar capacidade de recuperação em Nashville, transformando uma largada no fim do grid em um resultado mais competitivo dentro do pelotão.

Antes da etapa, Monteiro já havia destacado que sua primeira experiência em oval havia trazido aprendizados importantes sobre paciência, gerenciamento de corrida e consistência ao longo de um stint. Nashville colocou esses pontos novamente à prova, especialmente em uma corrida de alta velocidade e com exigência constante de concentração.

A partir de agora, a Indy NXT entra na reta final da temporada 2026 com quatro corridas restantes. A próxima etapa será em Por-



Em ação na pista de Road America.

tland, no dia 9 de agosto, em um circuito misto que pode oferecer a Monteiro uma nova oportunidade de trabalhar ritmo de classificação, largada e evolução ao longo da prova.

Depois de Portland, o calendário segue para a Milwaukee Mile, no dia 30 de agosto. Será o

último oval da temporada e uma etapa importante para consolidar os aprendizados acumulados em St. Louis e Nashville. O encerramento do campeonato acontece em rodada dupla no WeatherTech Raceway Laguna Seca, nos dias 5 e 6 de setembro, em um dos traçados mais tradicionais do automo-

bilismo norte-americano.

Para Monteiro, o objetivo na reta final é transformar a experiência acumulada ao longo da temporada em resultados mais consistentes. Em seu primeiro ano completo na Indy NXT, o foco passa por reduzir a distância para o pelotão intermediário, melhorar a posição de largada e aproveitar as oportunidades de corrida para buscar resultados mais próximos do top 15.

Próximas etapas da Indy NXT 2026

9 de agosto — Portland International Raceway — Portland, Oregon;

30 de agosto — Milwaukee Mile — West Allis, Wisconsin;

5 de setembro — WeatherTech Raceway Laguna Seca — Monterey, Califórnia — Corrida 1;

6 de setembro — WeatherTech Raceway Laguna Seca — Monterey, Califórnia — Corrida 2.

MOTO1000GP define programação em Cascavel (PR) neste fim de semana

Neste fim de semana, o MOTO1000GP chega ao Autódromo Internacional Zilmar Beux, em Cascavel (PR), para a realização do GP Paraná, quarta etapa da temporada 2026 do Campeonato Brasileiro de Motociclismo. A programação reúne mais de 15 horas de atividades de pista entre treinos livres, classificatórios, Super Poles e corridas, além de atrações para o público ao longo dos três dias de evento. A programação completa está disponível no site oficial do MOTO1000GP.

As atividades começam na quinta-feira (30) com as vistas técnicas e o tradicional track walk. Na sexta-feira (31), o dia será dedicado aos treinos livres

das categorias e terá a primeira corrida do fim de semana, com a disputa da Ymalube R3 BLU CRU LA Talent. A prova repõe a corrida sprint que foi interrompida sob bandeira vermelha durante o GP Motul, etapa de abertura da temporada, em Interlagos.

No sábado (1º), acontecem os treinos classificatórios, as Super Poles e as primeiras corridas da etapa, com as disputas da GP1000 by Motul, Ymalube R3 BLU CRU LA Talent, Ymalube R3 BLU CRU LA Cup e a prova única da Yamaha R15 BLU CRU LA. Já no domingo (2) concentra as principais disputas do fim de semana, com a corrida principal da GP1000 by Motul, além das provas da GP600, GP Light e Daytona 660 Cup. As categorias Ymalube R3

BLU CRU LA Talent e Ymalube R3 BLU CRU LA Cup retornam à pista para a segunda corrida da etapa. A programação completa está no site do MOTO1000GP.

Com 3.058 metros de extensão, o Autódromo Internacional Zilmar Beux é o circuito mais curto e mais rápido do calendário do MOTO1000GP. O traçado conta com duas longas retas e o tradicional Bacião, curva de aproximadamente 180 graus percorrida em descida e considerada um dos trechos mais desafiadores da motociclismo brasileira. Na GP1000 by Motul, as médias de volta ultrapassam os 175 km/h, e o recorde oficial da pista pertence a Eric Granado, com a marca de 1min05s599.

"A pista de Cascavel é uma das mais exigentes do calendário e com

o traçado mais rápido da temporada. Os 3.058m da pista são conhecidos por suas curvas de média e alta velocidade, além de ser a casa de uma das curvas mais famosas do motorsport nacional, o Bacião, uma curva de raio longo que força os pilotos a passarem muito tempo com as motos inclinadas. Cascavel coloca à prova toda a performance dos pneus Pirelli Diablo Supbike em todas as categorias do Moto1000GP. Em Curvelo acompanhamos algumas quebras de recorde da pista na GP1000 by Motul e a expectativa é que aqui novos recordes sejam batidos, confirmando o alto nível das disputas dentro das pistas 2026", disse Carlos Magnus, Diretor Comercial e de Marketing Moto da Pirelli para a América Latina.

Além das corridas, o MOTO1000GP em Cascavel também contará com uma programação de atrações voltadas ao público durante todo o fim de semana, ampliando a experiência dos fãs dentro e fora da pista. Entre os destaques está o show de Freestyle Motocross com Fred Kyrillos. Referência nacional da modalidade e um dos principais nomes do esporte no país, o piloto levará ao Oeste do Paraná apresentações com manobras aéreas e demonstrações que tradicionalmente atraem o público e complementam a programação do evento.

Outra atração confirmada é a Pista de Habilidades da Mottu, atividade que coloca motociclistas habilitados em uma pista criada para

reproduzir situações reais do trânsito cotidiano, com foco no controle da motocicleta, na precisão e na condução em baixa velocidade. O espaço da Mottu Company também contará com exposição e comercialização de produtos oficiais da marca, incluindo capacetes, vestuário e acessórios.

O público ainda terá acesso ao tradicional Moto Passeio, realizado com acompanhamento da direção de prova, que permite aos participantes percorrer o traçado e conhecer de perto a pista. A estrutura do evento contará ainda com praça de alimentação, lojas de produtos oficiais e marcas parceiras, além de estacionamento gratuito para carros e motos em todas as categorias de ingresso.

Seleção da CDHU para mil moradias na capital dá preferência a casais jovens

A Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) abriu inscrições para a seleção de mil famílias interessadas em adquirir o primeiro imóvel na capital paulista. Entre os critérios de classificação, a iniciativa prevê pontuação adicional para casais jovens, entre 18 e 35 anos, ampliando as oportunidades para esse público iniciar a trajetória da casa própria. As inscrições poderão ser feitas até as 17h do dia 30 de julho, pelo site da CDHU.

Podem participar famílias com renda mensal entre um e dez salários mínimos, que não sejam proprietárias de imóvel, morem ou trabalhem há pelo menos cinco anos na cidade de

São Paulo e não tenham sido beneficiadas anteriormente por programas habitacionais.

A aquisição será realizada por meio da modalidade Carta de Crédito Associativa (CCA), na qual a CDHU atua como agente financeiro. O financiamento segue as diretrizes da Nova Política Habitacional do Estado de São Paulo, com juro zero para famílias com renda de até cinco salários mínimos.

As prestações são calculadas de acordo com a renda familiar. Os beneficiários podem optar pelo comprometimento de 20% da renda, com parcelas corrigidas apenas pelo IPCA, ou de 30% da renda em prestações fixas, sem reajuste durante todo



Podem participar famílias com renda mensal entre um e dez salários mínimos
O financiamento. A menor parcela é de R\$ 324,20.

Empreendimentos

As cartas de crédito poderão ser utilizadas na compra de unidades em 15 empreendimentos em construção ou na planta, distribuídos pelas regiões Central, Norte, Sul, Leste e Oeste da capital.

Do total de mil unidades, 639 são destinadas à Habitação de

Interesse Social 1 (HIS-1), para famílias com renda de até três salários mínimos; 291 à HIS-2, para renda entre três e seis salários mínimos; e 70 à Habitação de Mercado Popular (HMP), para famílias com renda de seis a dez salários mínimos.

Durante a fase de obras, os contemplados ficam isentos de qualquer pagamento. A primeira prestação do financiamento é paga apenas 30 dias após a en-

trega das chaves. Conforme previsto em lei, 7% das unidades serão destinadas a pessoas com deficiência e 5% a pessoas idosas. As demais serão destinadas à demanda geral, conforme a classificação.

Como se inscrever

As inscrições deverão ser realizadas exclusivamente pelo site da CDHU. O interessado deve acessar a página de inscrições, selecionar o edital ou o empreendimento desejado e preencher o formulário eletrônico.

Após o cadastro, será enviado um código de validação por SMS ou e-mail. Depois da confirmação, o sistema liberará o formulário completo. Ao final da inscrição, a família receberá por e-mail o comprovante com os dados cadastrados e o número da inscrição.

Críticos de classificação

A seleção será realizada por meio de classificação, baseada em critérios que atribuem pontuação às famílias inscritas. Entre eles está o incentivo aos ca-

sais jovens, com idade entre 18 e 35 anos incompletos, que recebem um ponto adicional na classificação.

Também recebem pontuação: três pontos para famílias com crianças na primeira infância (até sete anos incompletos); um ponto para famílias beneficiárias de auxílio-moradia da CDHU; um ponto para famílias que moram ou trabalham em um raio de até 1,5 quilômetro do empreendimento escolhido.

Em caso de empate, serão considerados critérios como o maior número de crianças na primeira infância ou a menor idade do filho mais novo. Persistindo o empate, será realizado sorteio para definir a ordem de classificação.

A pontuação busca estimular a permanência das famílias nos bairros onde já vivem ou trabalham, fortalecendo os vínculos comunitários e contribuindo para o desenvolvimento local, ao mesmo tempo em que amplia o acesso à moradia para diferentes perfis de famílias. (Governo de SP)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Vereadores(as) podem ter problemas legais com alguns usos de IA ... nos TRES SP e TSE. Em tempo : aqui, fazemos uso da Inteligência Espiritual e das Liberdades Concedidas por D E U S

PREFEITURA (São Paulo)

Candidatos(as) sob o prefeito Nunes podem ter problemas legais com alguns usos de IA ... nos TRES, TSE e STF. Em tempo : aqui, fazemos uso da Inteligência Espiritual e das Liberdades Concedidas por D E U S

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Deputados(as) estaduais podem ter problemas legais com alguns usos de IA ... nos TRES, TSE e STF. Em tempo : aqui, fazemos uso da Inteligência Espiritual e das Liberdades Concedidas por D E U S

GOVERNO (São Paulo)

Candidatos(as) sob o governador Tarcísio podem ter problemas legais com alguns usos de IA ... nos TRES, TSE e STF. Em tempo : aqui, fazemos uso da Inteligência Espiritual e das Liberdades Concedidas por D E U S

CONGRESSO (Brasil)

Deputados(as) federais e senadores(as) podem ter problemas legais com alguns usos de IA ... nos TRES, TSE e STF. Em tempo : aqui fazemos uso da Inteligência Espiritual e das Liberdades Concedidas por D E U S

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Candidatos(as) sob o presidente Lula podem ter problemas legais com alguns usos de IA ... nos TRES, TSE e STF. Em tempo : aqui fazemos uso da Inteligência Espiritual e das Liberdades Concedidas por D E U S

JUSTIÇAS (Brasil)

A Justiça Eleitoral firmou parcerias com as hoje grandes mídias das empresas globais que dominam as redes sociais etc. e os usos da Inteligência Artificial. O tempo ... das eleições gerais 2026 deve demonstrar

ANO 34

O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Desde 1993 na imprensa (Brasil), nossa coluna diária de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por se tomar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

APALAVRA - "Sem discurso nem palavras, não se ouve a sua voz" Salmos 19.3

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00
Publicidade Legal
Atas, Balanços e
Convocações
Fone: 11 3258-1822
Comercial: 11 9714-4166
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress

Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Usar celular ao volante pode gerar três tipos de multa

Usar celular ao volante é uma infração de trânsito, mas as consequências para quem comete essa irregularidade varia de acordo com a forma como o aparelho é utilizado.

O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) prevê três tipos diferentes de infração de trânsito envolvendo o celular.

Dirigir veículo utilizando o celular (falando, mesmo que com fones de ouvido): infração média. Quatro pontos na CNH e multa de R\$ 130,16;

Dirigir veículo segurando o celular (mantendo o celular em uma das mãos): infração gravíssima. Sete pontos na CNH e multa de R\$ 293,47;

Dirigir veículo manuseando o celular (teclando): infração gravíssima. Sete pontos na CNH e multa de R\$ 293,47.

De acordo com o Detran-SP, houve queda de 18,6% no núme-



Dirigir falando ao telefone celular é infração média, enquanto manusear e teclear ao volante configura infração gravíssima

ro de multas lavradas no estado pelo uso do celular no primeiro semestre do ano em comparação com o mesmo período de 2025.

Riscos de acidentes

Estudos mostram que o celu-

menda que o motorista utilize o celular quando estiver com o veículo estacionado e com o motor desligado.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o uso do celular ao volante aumenta em 400% o risco de sinistros no trânsito. Além disso, dirigir mexendo no celular é tão perigoso quanto conduzir um veículo após a ingestão de bebida alcoólica.

Já a Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet) informa que digitar mensagem ao volante a uma velocidade de 80 km/h equivale a dirigir com os olhos vendados por um percurso de até 100 metros.

Outro estudo mostra que o envio de mensagens pelo smartphone pode retardar a reação do motorista em 35%, segundo a instituição inglesa RAC Foundation. (Governo de SP)

Com ambiente impulsionado pela Prefeitura, setor de tecnologia cresce 61% em uma década e chega a mais de 221 mil empregos na capital

A atuação da Prefeitura de São Paulo para fortalecer o ecossistema de inovação e ampliar a formação de talentos tem contribuído para consolidar a capital como um dos principais polos de tecnologia do país. Em uma década, entre 2015 e 2025, a cidade viu crescer em 61,2% o número de empregos formais em serviços de tecnologia, chegando a 221.352 postos. Com isso, o segmento de tecnologia concentra o equivalente a 4,1% dos vínculos empregatícios da capital e a 19,2% de todo o setor no Brasil.

Os dados integram um estudo elaborado pelo Observatório do Trabalho, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDT), em parceria com o DIEESE, divulgado neste mês. O levantamento também mostra que cerca de 155 mil pessoas atuam em ocupações de tecnologia, independentemente do setor econômico — um aumento ainda mais expressivo, de 101,4% em relação a 2015, o que evidencia a transversalidade e a crescente demanda por essas habilidades no mercado de trabalho.

O avanço do setor é acompanhado por uma série de iniciativas da Prefeitura de São Paulo voltadas ao fortalecimento do ecossistema de inovação e tecnologia. Por meio da Agência São Paulo de Desenvolvimento - ADE SAMPÁ, a administração municipal mantém programas estruturados de apoio ao empreendedorismo, com atenção especial aos empreendimentos das periferias. As ações incluem apoio

financeiro, mentorias, assessorias especializadas, rodadas de negócios e oportunidades de participação em eventos nacionais e internacionais.

Entre os destaques está o VAI TEC, programa de aceleração que apoia empreendedores com negócios de base tecnológica por meio de aporte financeiro, capacitação e acompanhamento técnico. A iniciativa busca ajudar a transformar ideias inovadoras em soluções de mercado com impacto econômico e social.

A Prefeitura também investe na formação de novos talentos. O curso de Game Dev oferece capacitação técnica em áreas como programação, design e narrativa de jogos, ampliando o acesso a oportunidades profissionais na indústria de jogos digitais. Já o programa Aceleração Sampa Games apoia estúdios e empreendimentos do setor com suporte técnico, mentorias especializadas e conexões com o mercado, impulsionando o desenvolvimento de jogos, além de estimular a geração de negócios e empregos qualificados na cidade.

Complementando as ações voltadas à economia criativa e digital, o Hub Sampa Games funciona como espaço de articulação entre desenvolvedores, empresas, investidores e instituições de ensino, promovendo networking, compartilhamento de conhecimento e desenvolvimento de projetos inovadores.

Na área de tecnologia, o Avançar Tech oferece 95 cursos de qualificação, nas modalidades on-line e presencial, em seis polos dis-



tribuídos por todas as regiões da cidade. Os cursos presenciais têm carga horária de 120 horas e são voltados, entre outras áreas, à formação em programação front-end e back-end. A plataforma on-line está disponível em avancartech.prefeitura.sp.gov.br.

O Portal Cate também oferece cursos na área de tecnologia. As formações disponíveis na plataforma são voltadas a diferentes níveis de capacitação e garantem certificação ao término dos cursos, após a realização da avaliação final.

Outras iniciativas

A Prefeitura de São Paulo também tem apostado na tecnologia e na inovação para ampliar as oportunidades de formação e inclusão digital. Combinando qualificação e apoio à permanência dos jovens, o Bolsa Trabalho oferece formação em áreas como fabricação digital, empreendedo-

rismo, mercado de trabalho, direitos humanos e cidadania. As atividades são realizadas nos 17 FabLabs da cidade e em outros equipamentos municipais, com uma bolsa-auxílio de R\$ 838,27. A cada semestre, o programa prevê a formação de 248 jovens de 16 a 20 anos, que atendam aos critérios de participação, incluindo estar desempregado, morar na cidade há mais de dois anos, ter renda familiar per capita de até meio salário mínimo e estudar ou ter concluído o ensino médio em escola pública.

Já quem busca inclusão digital encontra capacitações gratuitas nos Telecentros. Entre as opções estão formações em edição de texto, Pacote Office, Canva, inteligência artificial, uso de smartphones e treinamento digital. Para participar, basta procurar a unidade mais próxima e consultar os cursos disponíveis. (Prefeitura de SP)

Acordo entre Mercosul e Singapura garante tarifa zero para exportações

Entra em vigor a partir do próximo sábado (1º) o Acordo Mercosul-Singapura, que deverá reduzir ou eliminar gradualmente as tarifas entre o país asiático e o bloco sul americano.

A parceria garante tarifa zero para 100% das exportações brasileiras destinadas ao país asiático. O texto também trata a definição de critérios comuns para as operações comerciais.

Além da redução de tarifas, o acordo amplia o acesso ao mercado de serviços, incentiva investimentos e inclui um capítulo específico sobre comércio eletrônico, o primeiro negociado pelo Mercosul com um parceiro extrarregional.

O acordo com Singapura já está valendo no Uruguai desde março e no Paraguai desde



fevereiro.

Em 2025, a corrente de comércio entre Brasil e Singapura atingiu US\$ 10,7 bilhões. As exportações brasileiras somaram US\$ 7,4 bilhões, com superávit comercial de US\$ 4,1 bilhões. Entre os prin-

cipais produtos vendidos estão óleos combustíveis, máquinas e carnes bovina, suína e de aves.

O governo brasileiro disponibilizou manuais para serviços de orientação para exportadores, importadores e operadores

de comércio exterior. As informações estão disponíveis no Portal Siscomex.

As informações disponibilizadas trazem informações sobre as regras para aplicação das preferências tarifárias, os critérios de origem das mercadorias e os procedimentos necessários para realizar operações de comércio exterior no âmbito do acordo.

O acordo foi assinado em 2022 e a expectativa do governo brasileiro à época era de incrementar o Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e dos serviços produzidos) em R\$ 28,1 bilhões até 2041.

Negociado desde 2018, o acordo com Singapura deverá aumentar em US\$ 500 milhões por ano as exportações do Mercosul para o país asiático. (Agência Brasil)

Produção de petróleo e gás no Brasil cresce 14% no 2º trimestre

A Petrobras informou que a produção total de petróleo e gás (óleo, líquido de gás natural e gás natural) alcançou a marca recorde de 3,34 milhões (MM) barris de óleo equivalente por dia (boed) no 2º trimestre de 2026, valor 14,1% acima do mesmo trimestre do ano passado e 3,4% acima do 1º trimestre de 2026.

De acordo com a companhia, o desempenho resulta da melhoria na eficiência dos navios-plataforma Maria Quitéria, no campo de Jubarte; Alexandre de Gusmão; e no campo de Mero, P-78, no campo de Búzios, além do início de produção do FPSO P-79, no campo de Búzios.

A empresa informou que dez novos poços produtores entraram em operação no trimestre avaliado, sendo quatro na Bacia de Campos e seis na Bacia de Santos.

Com o aumento da produ-

ção, as exportações cresceram para cerca de 1 MM bpd, ante reduções das importações de óleo para 89 mbpd no segundo trimestre, considerado o menor volume desde a pandemia.

No mesmo período, o fator de utilização das refinarias chegou a 101,2%.

A empresa destaca que, diante do cenário de guerra no Oriente Médio e oscilação do valor do petróleo global, a maior utilização do parque de refino "tem sido fundamental para ampliar a oferta de derivados no mercado nacional".

Mercado interno

As vendas no mercado interno mantiveram-se em patamar semelhante ao do primeiro trimestre, já que o aumento da comercialização de diesel e GLP compensou a retração do consumo de demais produtos. (Agência Brasil)

Paralisada, CVM vê estoque de processos à espera de julgamento saltar 20% no 1º trimestre

Relatório divulgado pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários) na quarta-feira (29) comprova a paralisação nas atividades do órgão responsável pela fiscalização do mercado financeiro no país durante o início do ano.

O documento confirma que o colegiado da CVM não julgou nenhum processo nem aplicou nenhuma penalidade no primeiro trimestre do ano, quando a autarquia tinha apenas duas de suas cinco diretorias ocupadas.

O desfalque na diretoria colegiada foi provocado por atrasos nas indicações do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para o órgão, que tem em mãos pro-

cessos sobre as maiores fraudes ocorridas no Brasil recentemente, como as das Lojas Americanas e do Banco Master.

O problema começou no fim de 2024, com o fim do mandato do diretor Daniel Maeda. Em julho de 2025, o ex-presidente da CVM João Pedro Nascimento decidiu deixar a entidade. No fim do ano, venceu o mandato de Otto Lobo, que ocupava a presidência interina.

Nesse cenário, as atividades da autarquia já sofriam impactos em 2025. O número de julgamentos caiu quase à metade do registrado no ano anterior, passando de 94 para 49. As multas aplicadas a pessoas sancionadas em

2025 somaram R\$ 511 milhões, quase a metade do ano anterior.

Lobo foi indicado por Lula no início de 2026 a presidir a autarquia, mas divergências com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) atrasaram a confirmação do nome, que ocorreu apenas em maio. Além de Lobo, foi nomeado também o diretor Igor Muniz.

Ainda há, portanto, uma cadeira vaga na diretoria da autarquia. Os julgamentos foram retomados em maio, mas os dados divulgados nesta quarta mostram que a paralisação dos últimos meses tornou o trabalho mais difícil. O estoque de processos à espera de julga-

mentos cresceu 20% entre 2024 e 2025, para 99.

A paralisação na CVM levou o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Flávio Dino a determinar ação do governo Lula. afirmou, na ocasião, que o órgão regulador do mercado de capitais vive "grave crise institucional" e garantiu à instituição 70% dos recursos que arrecada.

No modelo atual, esse recurso é transferido à União, que distribui entre os órgãos na elaboração anual do orçamento e custuma cortá-lo. Em junho, o governo anunciou a criação de cargos na autarquia e pediu, em troca, flexibilização da destinação dos recursos. (Folhapress)

Consumidores podem renegociar dívidas bancárias até 31 de agosto

Programa de renegociação de dívidas de consumidores, o Desenrola Brasil 2.0 será prorrogado até 31 de agosto, anunciou na terça-feira (28) o ministro da Fazenda, Dario Durigan.

Segundo o ministro, a decisão foi tomada em conjunto com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e dará mais um mês para que consumidores renegociem dívidas bancárias e regularizem a situação de crédito.

Durigan ressaltou que a extensão do programa será formalizada por ato do Ministério da Fazenda, que deve ser publicado até sexta-feira (31). As regras do Desenrola permanecem inalteradas e, conforme o ministro, a medida não exigirá novos aportes públicos.

"Nós vamos prorrogar o programa Desenrola até o fim da vigência da medida provisória, que acontece no dia 31 de agosto", diz Segundo Durigan, o prazo

adicional permitirá que pessoas que ainda estão em negociação com instituições financeiras consigam concluir o processo de regularização.

O ministro destacou que a prorrogação também beneficia quem pretende contratar financiamentos. De acordo com ele, a regularização das pendências bancárias facilita o acesso ao crédito.

Entre os beneficiados, destacou Durigan, estão os motoristas de aplicativo, taxistas, entregadores e caminhoneiros que pretendem trocar de veículo por meio do Programa Move Brasil.

"Esse prazo adicional vai ser importante, inclusive, para que as pessoas que hoje estão tentando acessar os programas de moto, de carro, possam resolver eventuais pendências nos bancos, usando o Desenrola, para depois se enquadrar nas condições para as operações de



carro e moto", explicou.

Sem custo

O ministro afirmou que a prorrogação não terá impacto nas contas públicas, uma vez que os recursos destinados ao programa já são suficientes para atender à demanda prevista.

"Isso não demandará novos aportes ao FGO [Fundo de Garantia de Operações], então não há custo adicional do ponto de vista fiscal", declarou.

Segundo Durigan, as condições de funcionamento do programa também permanecem as mesmas. (Agência Brasil)

Novo sistema alfandegário agiliza desembarque de viajantes

Quem chega ao Brasil de avião com bens que precisam ser declarados à Receita Federal poderá passar mais rapidamente pela alfândega. O órgão passou a adotar um sistema que registra automaticamente parte das Declarações Eletrônicas de Bens de Viajantes (e-DBV), dispensando, em muitos casos, o atendimento presencial antes da saída do aeroporto.

A nova funcionalidade entrou em operação na tarde da segunda-feira (27) e vale, inicialmente, para passageiros do transporte aéreo internacional.

Segundo a Receita Federal, a medida faz parte da modernização dos procedimentos de controle aduaneiro e busca tornar o desembarque mais rápido, sem reduzir a capacidade de fiscalização.

O que muda

Até agora, quem preenchia a e-DBV para declarar bens trazidos do exterior normalmente precisava comparecer ao setor da alfândega para que a declaração fosse analisada antes de deixar a área de desembarque.

Com o novo sistema, isso deixa de ser necessário para parte

dos viajantes.

Após o envio da declaração, o próprio sistema da Receita faz uma análise automática das informações. Se a operação for considerada de baixo risco, a declaração é registrada imediatamente e o passageiro pode seguir para a saída do aeroporto sem passar pelo atendimento presencial.

Os casos que exigirem verificação continuarão sendo encaminhados para análise dos auditores da Receita Federal.

Como funciona

O procedimento para o viajante praticamente não muda. A principal diferença acontece depois que a declaração é enviada.

Passo a passo: o passageiro preenche a Declaração Eletrônica de Bens de Viajantes (e-DBV), quando for obrigado a declarar bens; a declaração é enviada eletronicamente à Receita Federal; o sistema analisa automaticamente as informações com base em critérios de gerenciamento de risco; se não houver indícios de que justifiquem uma fiscalização presencial, a declaração é registrada auto-

maticamente; o viajante pode deixar a área alfandegária sem precisar procurar um servidor da Receita.

Se o sistema identificar necessidade de conferência, o aplicativo informará que a declaração continuará sujeita aos procedimentos normais de fiscalização. A nova ferramenta não altera as regras sobre quem deve apresentar a declaração.

Continuam obrigados a preencher a e-DBV os viajantes que se enquadrarem nas situações previstas pela legislação, como aqueles que retornam ao Brasil com bens acima da cota de isenção ou produtos sujeitos à tributação e ao controle da Receita Federal.

A novidade muda apenas a forma como a declaração é processada, não a obrigação de declarar.

A lista de isenções, cotas, limites de quantidade, tanto para viagens como para compras em free shops, está disponível na página da Receita Federal na internet.

A Receita Federal destaca que a automatização não reduz o poder de fiscalização do órgão. Mesmo nos casos em que a

declaração for registrada automaticamente, a Receita mantém todas as competências previstas na legislação, incluindo: selecionar passageiros para fiscalização; conferir bagagens e mercadorias; revisar declarações apresentadas; cobrar tributos, quando houver; aplicar as medidas administrativas previstas em lei.

Na prática, o novo sistema apenas direciona o trabalho dos fiscais para os casos considerados de maior risco.

Segundo a Receita Federal, a medida segue o modelo de gerenciamento de risco já utilizado em outras atividades da administração aduaneira.

A ideia é que as declarações com menor probabilidade de apresentar irregularidades sejam processadas de forma automática, reduzindo filas e tempo de espera nos aeroportos, enquanto os servidores concentram esforços nas operações que realmente demandam análise detalhada.

A expectativa é acelerar o desembarque de milhares de passageiros sem comprometer o controle sobre a entrada de mercadorias no país. (Agência Brasil)

Inadimplência derruba lucro do Santander Brasil e ações caem 6%

Pressionado pela inadimplência, o Santander Brasil teve um lucro líquido gerencial de R\$ 3 bilhões no segundo trimestre deste ano, queda de 17,6% em relação ao mesmo período de 2025.

Com o impacto dos calotes, o lucro veio abaixo do esperado pelo mercado e derrubou as ações do banco, que caíram 5,78%, às 11h07, a R\$ 26,07. Analistas consultados pela Bloomberg previam ganho de R\$ 3,723 bilhões.

Esse é o primeiro resultado a ser apresentado na gestão do novo presidente do Santander, Gilson Finkelsztain, que até o fim do primeiro semestre comandava a B3, a Bolsa de Valores brasileira. O executivo substituiu Mario Leão em 1º de julho na missão de recuperar a rentabilidade do banco. Como não teve participação nas operações do banco no segundo trimestre, o executivo ficou de fora da conferência da instituição com analistas de mercado.

Antes de comandar a Bolsa, Finkelsztain trabalhou nos mercados de câmbio, renda fixa, renda variável e commodities na antiga Cetip, que hoje faz parte da B3, no J.P. Morgan, no Citibank, no Bank of America Merrill Lynch e no próprio Santander, onde ficou de 2011 a 2013.

Segundo Carlos Ignacio Muñoz Gonzalez Blanch, diretor de relações com investidores do banco, uma melhoria no resultado deve vir só em 2027, dado o atual cenário de juros altos.

O executivo, responsável por apresentar os resultados no trimestre, disse que o novo Desenrola pouco impactou a recuperação de crédito, apesar de ter tido um resultado superior à primeira edição do programa. O banco apontou que houve pouca adesão por parte dos clientes inadimplentes.

Na comparação anual, o índice de inadimplência do Santander aumentou em todos os segmentos no segundo trimestre, totalizando 3,3%, ante 2,6%. Em três meses, ele permaneceu estável.

Em pessoas físicas, essa margem de atraso com mais de 90 dias foi para 5,1%, de 4% há 12 meses, e, em pessoas jurídicas, para 1,6%, de 1,2%. No recorte de pequenas e médias empresas, o índice subiu para 5,3%, de 4,1%.

Em atacado (grandes empresas), o índice foi de 0,1% para 0,2%.

O banco cita que o resultado é puxado pelos segmentos de baixa renda e agronegócio, "em um cenário econômico ainda desafiador e de elevado nível de endividamento".

Considerando todos os bancos, o índice de atrasos no Brasil está em 4,74%, de acordo com dados do Banco Central de maio. Este é o maior percentual da série histórica iniciada em 2011.

Com a piora nos pagamentos, a PDD (provisão contra devedores duvidosos), ou seja, a proteção contra calotes, aumentou 11,5% no ano, para R\$ 7,654 bilhões.

"A dinâmica reflete um ambiente de crédito ainda desafiador, com efeitos mais concentrados em carteiras específicas, incluindo empresas, agronegócio e segmento massivo, bem como alguns efeitos pontuais, como a mudança na regra de baixa para prejuízo e alguns reforços de provisão para casos do atacado", diz o relatório.

O banco emprestou um pouco menos para pessoas físicas e mais para pessoas jurídicas em linhas de financiamento de consumo, como veículos.

A carteira de crédito total do banco terminou junho em R\$ 714,77 bilhões, um avanço de 5,8% no ano e de 1,3% no trimestre.

"Mantivemos nossa disciplina na alocação de capital com foco nos negócios estratégicos, gestão de risco dos portfólios e rentabilidade", afirma o Santander.

A margem financeira, por sua vez, somou R\$ 15,34 bilhões no segundo trimestre, queda de 3% em três meses e de 0,4% no ano. Segundo a instituição, o recuo se deve a um menor spread, já que emprestou menos a clientes mais arriscados - spread é a diferença entre os juros que o banco cobra ao emprestar dinheiro e a taxa que ele paga aos investidores para captar dinheiro no mercado.

Assim, a rentabilidade do Santander mensurada pelo ROAE (Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio) ficou em 12,5%, uma queda de 3,4 pontos percentuais em relação ao primeiro trimestre de 2026 e de 3,8 pontos percentuais na comparação anual. (Folhapress)

Brasil tem estratégia para ciência, tecnologia e inovação até 2034

Brasil registra mais de 1,8 milhão de acidentes de trabalho desde 2023

O Brasil registrou 1.843.604 acidentes de trabalho entre janeiro de 2023 e maio de 2026. Apenas entre janeiro e maio de 2026, foram registradas 222.139 ocorrências. Os dados são da Associação Nacional de Medicina do Trabalho (Anamt).

Os números têm como base dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinam), do Ministério da Saúde.

De acordo com a Anamt, esses resultados dão uma ideia do impacto que os acidentes têm sobre a saúde da população, sobre a Previdência Social e para as demandas por serviços assistenciais públicos e privados.

A maioria dos acidentes registrados (74,7%) envolveram homens. Foram 1.376.463 notificações. As mulheres responderam por 466.921 registros (25,3%). Em 220 casos, o sexo foi ignorado.

“A maior concentração ocorreu entre pessoas de 20 a 49 anos. O grupo de 20 a 34 anos reuniu 783.598 notificações, enquanto os trabalhadores de 35 a 49 anos responderam por 610.441. Juntas, essas duas faixas etárias concentraram 1.394.039 casos, correspondentes a 75,6% dos registros”, detalhou a associação.

Com um total de 1.338.895 ocorrências, as regiões Sul e Sudeste concentraram 72,6% das notificações de acidentes de trabalho registradas no período do levantamento.

O Sudeste respondeu por 788.518 notificações (42,8%), enquanto o Sul registrou 550.377 casos (29,9%). Na sequência, vem o Nordeste (223.250 ocorrências), seguido do Centro-Oeste (175.366) e do Norte (106.093).

Estados

São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais e Santa Catarina concentram 67% de todas as notificações do país, segundo a entidade que atua na área de medicina do trabalho.

Só em São Paulo foram 533.557 registros, o que coloca o estado na liderança desse ranking de acidentes no trabalho, em termos de número absoluto de notificações.

Em segundo lugar está o Rio Grande do Sul, com 245.641 casos, seguido por Paraná (197.011), Minas Gerais (152.192) e Santa Catarina (107.725).

“Em termos absolutos, estão nas últimas posições do levantamento o Piauí, com 11.820 registros de acidentes de trabalho; Amazonas, com 9.640 casos; Acre, com 8.718; Sergipe, com 5.252; e Amapá, 3.521”, detalhou a associação.

O presidente da Anamt, Francisco Cortes Fernandes, explica que esses dados ajudam no planejamento de iniciativas que visam o combate a “riscos que podem comprometer a vida, a saúde e o bem-estar dos trabalhadores e suas famílias”. (Agência Brasil)

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) aprovou a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o período de 2024 a 2034. A Portaria nº 10.226, publicada na quarta-feira (29), estabelece diretrizes para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação no país ao longo da próxima década.

Segundo a norma, o documento será o principal instrumento de planejamento estratégico do

ministério para a formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, programas, projetos e ações voltadas ao setor.

Um dos desdobramentos da nova estratégia será a elaboração do Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para o período de 2027 a 2031. O plano deverá detalhar, em 120 dias, iniciativas, metas e ações práticas.

Para conduzir esse processo, a portaria instituiu grupo de tra-

balho para coordenar a elaboração do plano. O colegiado será coordenado pela secretaria-executiva do ministério e contará com a contribuição de especialistas e representantes com experiência em áreas relacionadas à política científica e tecnológica.

Participarão integrantes da Academia Brasileira de Ciências (ABC), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), além de pesquisadores e gestores li-

gados ao setor.

Entre as atribuições do grupo estão definir a metodologia e o cronograma de elaboração do plano, promover a articulação entre unidades do ministério e demais membros do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, consolidar contribuições técnicas e aprovar a proposta final a ser encaminhada à ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação. (Agência Brasil)

Anac limita a venda de passagens aéreas da Flybondi no Brasil

A comercialização no Brasil de passagens aéreas da companhia argentina Flybondi, da empresa FB Linhas Aéreas S.A., foi limitada pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) a partir da quarta-feira (29). Bilhetes já emitidos não serão afetados.

De acordo com nota divulgada pela Anac, a medida cautelar foi tomada para evitar prejuízos aos passageiros, após o cancelamento de 79% dos voos pela companhia, entre os dias 1º e 27 de julho.

“A decisão foi tomada por meio de medida administrativa cautelar, após a Anac identificar indícios de deterioração da capacidade operacional da companhia e riscos de prejuízos aos passageiros. A decisão entrou em vigor na quarta-feira, 29”, destaca o comunicado.

Além dos cancelamentos de voos, a fiscalização da Anac identificou uma redução significativa

das operações da empresa no Brasil. O aumento de reclamações de passageiros também evidenciou falhas na capacidade de atendimento, com dificuldades nos canais de comunicação, reclamações sobre reembolsos, alterações de voos e assistência aos passageiros afetados.

Impedimentos

A companhia está impedida imediatamente de comercializar passagens para os novos destinos nacionais Florianópolis, Macaé e Salvador. Também não poderá ofertar novos destinos, frequências ou operações no Brasil.

A partir do dia 3 de agosto, será suspensa a comercialização de bilhetes para a rota Buenos Aires – Rio de Janeiro (Galeão).

Segundo a Anac, as restrições poderão ser revistas ou revogadas, “caso a empresa demonstre a adoção de medidas capazes de restabelecer a regula-



Foto: Lucas Mendes/Ascom-Sear-AL

Atendimento

A Flybondi continua obrigada a cumprir as determinações da Anac de recomodação gratuita ou reembolso integral em até sete dias, nos casos de novos cancelamentos de voos.

Os canais de atendimento

disponibilizados pela empresa são o telefone 0800-000-0425, com atendimento de segunda a sábado, das 8h às 18h, formulário ou chat pelo site da empresa.

Caso o problema não seja resolvido, o passageiro deve registrar uma reclamação na Anac para acompanhamento do caso, fiscalização e ações de regulação. (Agência Brasil)

Governo Lula prorrogará Desenrola Brasil 2.0 em meio a melhora na avaliação de governo

O governo Lula vai renovar o programa de renovação de dividas Desenrola Brasil 2.0 por pelo menos mais 30 dias.

Uma das apostas do governo para alavancar a popularidade do presidente no ano eleitoral, o programa tem data de encerramento no dia 3 de agosto. A informação foi divulgada pelo O Globo e confirmada pela Folha.

Segundo um integrante da equipe econômica, a renovação deve ser, inicialmente, por 30 dias, mas o prazo pode ser ampliado. Pesquisa Quæst divulgada em julho mostrou que o programa tem auxiliado na melhora da aprovação do presidente.

Na ocasião, 55% dos entre-

vistados afirmaram que o programa era positivo. Em maio, o número estava em 50%.

O último balanço do Ministério da Fazenda aponta que até o dia 23 foram renegociados R\$ 22 bilhões em dívidas, com 3,6 milhões de operações.

O Desenrola 2.0 tem como alvo os trabalhadores que recebem até cinco salários mínimos por mês. Para renegociar as dívidas, é preciso ter débitos em atraso até 31 de janeiro de 2026, com pendências entre 90 dias e dois anos.

São aceitas para negociações as modalidades de cartão de crédito, cheque especial e crédito pessoal. (Folhapress)

Gastos com apostas online no Rio chegam a R\$ 2,2 bi anualmente

Levantamento com 1.024 pessoas da região metropolitana do Rio, entre os dias 22 e 25 de junho, mostra que R\$ 2,2 bilhões são gastos anualmente com apostas online, recursos que deixam de circular na economia fluminense.

Os dados do Instituto Fecomerço de Pesquisas e Análises indicam que o montante equivale a mais de três vezes a movimentação financeira estimada para as compras de Natal.

De acordo com a pesquisa, o gasto médio de cada apostador é de R\$ 1,2 mil por ano e 22,7% dos moradores da região metropolitana do Rio, praticamente um em cada quatro entrevistados, já participou de apostas virtuais.

As bets esportivas aparecem como a modalidade mais popular, citadas por 60,9% das pessoas. Em seguida vem o chamado “tigrinho” e outros jogos virtuais de cassino, mencionados por 49,4% dos apostadores. Como a pergunta permitia múltiplas respostas, parte dos entrevistados afirmou participar de mais de um tipo de aposta.

Entre os apostadores, 65,6% são homens e 34,4%, mulheres. Em relação à idade, a maior concentração está entre as pessoas de 25 a 34 anos (36,1%), seguidas pela faixa de 18 a 24 anos (24,8%). Quanto à escolaridade, 66,9% tem ensino médio completo, enquanto 12,9% concluíram o ensino superior.

Sobre o quesito renda, a maior parcela recebe de um a dois salários mínimos (36%), seguida pelos que ganham de 2 a 3 salári-

os mínimos (19,7%).

O estudo destaca também um comportamento preocupante em relação à segurança das plataformas de apostas: 48,5% dos entrevistados que já apostaram afirmaram que não verificam se o site é legalizado antes de jogar.

De acordo com o levantamento, 48,7% dos entrevistados disseram que um dos motivos para apostar é a expectativa de obter retorno financeiro. Desse total, 28,3% disseram buscar a chance de ganhar dinheiro rápido ou considerar a aposta um investimento.

Outros 20,4% informaram apostar para fazer renda extra. Nesse caso, chama a atenção o fato de que 70% afirmam usar o próprio salário nas apostas, indicando que parte da renda mensal é direcionada tal prática.

Desde o dia 13 de julho, a prefeitura do Rio de Janeiro proíbe a veiculação de publicidade de plataformas de apostas em espaços públicos da cidade. A medida atinge locais onde há publicidade exterior, mobiliário urbano e demais locais cuja exploração dependa de autorização, licença, permissão ou concessão do município.

Além disso, as plataformas de apostas esportivas, estão obrigadas a exibir alertas do Ministério da Fazenda sobre dependência em suas campanhas publicitárias. Semelhante ao que já ocorre nas propagandas de cigarros e bebidas alcoólicas, as advertências destacam que “apostar pode causar dependência, faz você perder dinheiro e não é investimento”. (Agência Brasil)

Brasil fecha o mês de junho com saldo positivo de 145.161 empregos

O Brasil fechou o mês de junho com saldo positivo de 145.161 empregos com carteira assinada, segundo o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) divulgado na quarta-feira (29) pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

O resultado de junho decorreu de 2.220.131 admissões e de 2.074.970 desligamentos.

O Caged é um indicador que mede a diferença entre contratações e demissões.

O estoque de empregos formais no mês passado foi de 48.032.308, o que representa uma variação de 0,30% em relação ao estoque do mês anterior. No acumulado dos últimos 12 meses, o saldo chega a 942.854 empregos.

Todos os cinco grandes agrupamentos apresentaram resultado positivo em junho.

O setor de Serviços fechou o mês com 74.514 postos e a Agropecuária registrou saldo de 22.898

vagas. O Comércio com 19.177, a Indústria ficou com 4.438 postos; a Construção Civil ficou com 14.136 vagas.

No mês passado, a região Sudeste veio na frente na geração de empregos com 70.383 postos, um incremento de 0,29% em relação a maio; o Nordeste, com 34.433 postos (0,43%); Centro-Oeste, com 19.617 postos (0,46%); o Sul com 10.453 postos (0,12%) e o Norte, com 9.633 postos (0,40%).

Entre os estados da federação, 25 tiveram saldo positivo. Em números absolutos, o destaque ficou com São Paulo, com 34.981 postos; Minas Gerais, com 20.805; e Rio de Janeiro, com 16.856 vagas.

Os estados com menor saldo foram o Espírito Santo, que apresentou saldo negativo de 2.259 vagas; Tocantins, também com saldo negativo de 135 postos, e Rondônia, que gerou 108 postos de trabalho.

Proporcionalmente, o destaque ficou para o Amapá, que gerou 1.111

vagas; o Acre, com 980 postos e Mato Grosso, com 8.258 postos.

O salário médio real de admissão em junho foi de R\$ 2.404,34. Comparado ao mês anterior, houve um aumento real de R\$ 16,90 no salário médio de admissão.

Os jovens de 18 a 24 anos representaram 100.597 vagas nas contratações e os adolescentes até 17 anos, 24.833 vagas. Para o grupo de 25 a 29 anos, o saldo foi de 13.007 vagas e o de 30 anos ou mais, 6.724.

Os trabalhadores de raça/cor parda somaram 106.176 postos, enquanto a branca registrou 28.636 postos e a preta, saldo de 20.199 postos.

Apesar do resultado positivo, os números do Caged mostram uma queda em relação ao mesmo período do ano passado, quando foram criadas 161.999 vagas de emprego.

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, credita a queda no número de vagas à po-

lítica de juros do Banco Central (BC), que contrai a economia.

O BC vem reduzindo em ritmo lento a taxa de juros básica da economia, a Selic. A autoridade monetária, em sua última reunião, fez um corte de 0,25 ponto percentual na taxa de juros, que ficou em 14,25% ao ano.

“Isso é o comportamento da economia desacelerando e você tem como evidente a contradição dos juros”, avalia Marinho.

O ministro também creditou os números ao tarifário aplicado pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, a diversos produtos brasileiros e aos conflitos internacionais.

“São números positivos levando em consideração os juros que estamos praticando, levando em consequência o tarifário e as guerras. O tarifário e principalmente as guerras deram uma medida no humor do petróleo global”, acrescentou Marinho. (Agência Brasil)

Governo anuncia investimentos para reduzir impactos climáticos

Estocagem de alimentos, monitoramento climático, fiscalização ambiental e combate a incêndios, são algumas das medidas a serem tomadas pelo governo federal para reduzir os impactos do El Niño no país.

As providências a serem tomadas em relação ao fenômeno climático que aumenta a temperatura no Oceano Pacífico e provoca alterações no clima de todo o país foram anunciadas pela ministra da Casa Civil, Miriam Belchior, nesta quarta-feira (29), com previsões de investimentos recentes e os previstos para o segundo semestre.

Além da compra de 180 mil toneladas de milho e 310 mil toneladas de arroz para compor os estoques públicos, serão adquiridos 350 mil cestas de alimentos para povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativis-

tas, pescadores artesanais e agricultores familiares.

O El Niño provoca seca no Norte e Nordeste do país, atraso das chuvas no Centro-Oeste e no Sudeste, e enchentes na região Sul do Brasil. Diante dessa situação, diferentes medidas devem ser tomadas para cada região.

Para a Região Sul, o governo federal anunciou investimentos em Defesa Civil, para pronto atendimento às emergências, e ações corretivas em barragens e diques, com ajuda de estados e municípios.

Para as regiões de seca, houve ampliação no número de brigadistas federais, além da aquisição de equipamentos para prevenção e combate a incêndios florestais. Também há ações em andamento visando a segurança hídrica, sobretudo

do Nordeste do país.

O governo já vem, segundo a ministra Miriam Belchior, trabalhando para diminuir os impactos climáticos. Entre as ações já adotadas está a redução do desmatamento. Houve queda de 50% na Amazônia, de 32,5% no Cerrado e 63% no Pantanal.

Outra providência lembrada pelo governo foi o processo de restauração florestal em 3,4 milhões de hectares.

Há também investimento na integração do Rio São Francisco, para minimizar os impactos da seca no Nordeste do país. São 12 milhões de pessoas beneficiadas com investimentos nos estados do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Outros investimentos em segurança hídrica, que não passam pelo Rio São Francisco, são em adutoras, canais, cisternas, no-

vos reservatórios e barragens em recuperação. Esses investimentos ocorrem no Maranhão, Piauí, Bahia, Sergipe, Alagoas, Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Com a redução dos níveis dos rios, em virtude da seca, existe menos vazão para uso de hidrelétricas e isso aumenta o custo de energia. Geralmente, nesse cenário, as termelétricas, uma fonte de energia mais cara, são ligadas.

Segundo o governo, estão sendo investidos R\$ 118 bilhões em geração de energia, com diversificação da matriz energética.

Esse investimento tem sido feito em geração de energia eólica e solar, além da expansão das linhas de transmissão de onde não há problema hídrico para onde existe queda na geração. (Agência Brasil)

obrigação de entregar conta ou outro instrumento financeiro a Companhia e não requerer liquidação em um número mínimo de instrumentos patrimoniais. Dividendos discriminatórios são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia. **(ii) Recompra e remissão de ações (ações em tesouraria)** - Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da recompra é considerado o custo de aquisição, e não o valor diretamente arribado é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas, o resultado líquido proveniente da alienação de ações em tesouraria é a diferença entre o preço de venda e o custo atribuído na data da operação e será contabilizado a) se positivo, como reserva de capital, e b) crédito de conta específica; e b) negativo, a débitos das contas de reservas ou lucro que registrem a origem das operações. **(iii) Provisão de contingências** - A proposta de distribuição de dividendos é aprovada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório e registrado como passivo circulante em "Dividendos Divulgados" a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia. **1. Redução ao valor recuperável (impairment) - (i) Ativos financeiros não derivativos - Instrumentos financeiros e ativos controlados** - O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de créditos financeiros mensuradas pelo custo amortizado, exceto para a abordagem simplificada. Nenhum dos recebíveis inclui um componente significativo de financiamento. Para realizar o monitoramento da capacidade de pagamento dos clientes, o Grupo utiliza uma equipe dedicada a avaliar a capacidade de pagamento individual, fatores que auxiliam o Grupo na tomada de decisão pela constituição ou não de provisão para perdas esperadas. Os recebíveis são considerados inadimplentes pelo Grupo apenas quando há ponto negativo no histórico de pagamentos integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (levar algum valor), por dificuldades financeiras relevantes; (ii) o valor financeiro estivo vendido há mais de 90 dias; (iii) o Grupo identifica que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de situação de insolvência; (iv) o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; e (v) quebra de cláusulas ou condições contrárias. Todas e qualquer provisão de crédito de ativos financeiros divulgados a pagar, exceto para o valor líquido e econômica acima da recuperabilidade do crédito. Constatada a receita e o período em que o crédito se admitirá, a Companhia utiliza critérios qualitativos para mensurar uma perda esperada. Os principais parâmetros para a avaliação da perda esperada são: qualidade financeira da contraparte e o histórico de pagamento da contraparte com a Companhia. Mensuração das perdas de crédito esperada - Trimestralmente é feita uma análise dos créditos a receber do Grupo em cada período. Para as práticas analíticas, o histórico recente de pagamentos de clientes é considerado. Os dados históricos recentes geram um nível de atenção ao departamento financeiro da Companhia. Após a análise quantitativa dos valores em aberto, o departamento financeiro envia o relatório ao jurídico, que por sua vez faz uma análise de acordo para a expectativa de pagamento, com o intuito de avaliar a possibilidade de recuperação dos valores em aberto. A Companhia busca fazer um acordo com os contrapartes envolvidos de forma amigável extrajudicial, utilizando estratégias negociadas. O ponto negativo no histórico de pagamentos de clientes é considerado um fator de risco para a recuperação dos valores em aberto. A Companhia busca fazer um acordo com os contrapartes envolvidos de forma amigável extrajudicial, utilizando estratégias negociadas. O ponto negativo no histórico de pagamentos de clientes é considerado um fator de risco para a recuperação dos valores em aberto. A Companhia busca fazer um acordo com os contrapartes envolvidos de forma amigável extrajudicial, utilizando estratégias negociadas. O ponto negativo no histórico de pagamentos de clientes é considerado um fator de risco para a recuperação dos valores em aberto.

Os instrumentos de acordo amigável sem arbitragem jurídica. Após os meios extrajudiciais serem levados a efeito e o acordo de recebimento continuar longo do desfecho entre as partes, a Companhia busca o recebimento via recursos judiciais, recorrendo ao juízo, observando a legislação comercial brasileira. Caso um acordo seja conseguido junto a contraparte, a Companhia utiliza como parâmetros as datas de vencimento por acordadas. Caso não seja obtido o acordo entre as partes, a Companhia avalia individualmente as condições de pagamento do cliente. Por outra alternativa, a Companhia busca fazer um acordo com os contrapartes envolvidos de forma amigável extrajudicial, utilizando estratégias negociadas. O ponto negativo no histórico de pagamentos de clientes é considerado um fator de risco para a recuperação dos valores em aberto. A Companhia busca fazer um acordo com os contrapartes envolvidos de forma amigável extrajudicial, utilizando estratégias negociadas. O ponto negativo no histórico de pagamentos de clientes é considerado um fator de risco para a recuperação dos valores em aberto.

5. Contas a receber de clientes - Composição - Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de conta a receber de clientes é composto a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Conta corrente	2.811	4.725	11	11
Outras contas a receber	48.837	51.486	115	115
Saldo em 31 de dezembro	51.648	56.211	126	126

6. Investimentos em coligadas e controladas - A movimentação dos investimentos, apresentados nas demonstrações financeiras, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Conta de gestão e receber (GS MFC)	9.750	1.253	4.433	4.433
Serviços de gestão e receber (GS JUS)	256	72	256	72
Saldo em 31 de dezembro	10.006	1.325	4.689	4.505

7. Contas a receber de clientes - valor líquido - (i) Provisão para perdas esperadas

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Conta de gestão e receber (GS MFC)	9.750	1.253	4.433	4.433
Serviços de gestão e receber (GS JUS)	256	72	256	72
Saldo em 31 de dezembro	10.006	1.325	4.689	4.505

8. Investimentos em coligadas e controladas - A movimentação dos investimentos, apresentados nas demonstrações financeiras, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Conta de gestão e receber (GS MFC)	9.750	1.253	4.433	4.433
Serviços de gestão e receber (GS JUS)	256	72	256	72
Saldo em 31 de dezembro	10.006	1.325	4.689	4.505

9. Investimentos em coligadas e controladas - A movimentação dos investimentos, apresentados nas demonstrações financeiras, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Conta de gestão e receber (GS MFC)	9.750	1.253	4.433	4.433
Serviços de gestão e receber (GS JUS)	256	72	256	72
Saldo em 31 de dezembro	10.006	1.325	4.689	4.505

10. Investimentos em coligadas e controladas - A movimentação dos investimentos, apresentados nas demonstrações financeiras, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Conta de gestão e receber (GS MFC)	9.750	1.253	4.433	4.433
Serviços de gestão e receber (GS JUS)	256	72	256	72
Saldo em 31 de dezembro	10.006	1.325	4.689	4.505

11. Investimentos em coligadas e controladas - A movimentação dos investimentos, apresentados nas demonstrações financeiras, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Conta de gestão e receber (GS MFC)	9.750	1.253	4.433	4.433
Serviços de gestão e receber (GS JUS)	256	72	256	72
Saldo em 31 de dezembro	10.006	1.325	4.689	4.505

12. Investimentos em coligadas e controladas - A movimentação dos investimentos, apresentados nas demonstrações financeiras, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Conta de gestão e receber (GS MFC)	9.750	1.253	4.433	4.433
Serviços de gestão e receber (GS JUS)	256	72	256	72
Saldo em 31 de dezembro	10.006	1.325	4.689	4.505

13. Investimentos em coligadas e controladas - A movimentação dos investimentos, apresentados nas demonstrações financeiras, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Conta de gestão e receber (GS MFC)	9.750	1.253	4.433	4.433
Serviços de gestão e receber (GS JUS)	256	72	256	72
Saldo em 31 de dezembro	10.006	1.325	4.689	4.505

14. Investimentos em coligadas e controladas - A movimentação dos investimentos, apresentados nas demonstrações financeiras, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Conta de gestão e receber (GS MFC)	9.750	1.253	4.433	4.433
Serviços de gestão e receber (GS JUS)	256	72	256	72
Saldo em 31 de dezembro	10.006	1.325	4.689	4.505

15. Investimentos em coligadas e controladas - A movimentação dos investimentos, apresentados nas demonstrações financeiras, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Conta de gestão e receber (GS MFC)	9.750	1.253	4.433	4.433
Serviços de gestão e receber (GS JUS)	256	72	256	72
Saldo em 31 de dezembro	10.006	1.325	4.689	4.505

16. Investimentos em coligadas e controladas - A movimentação dos investimentos, apresentados nas demonstrações financeiras, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Conta de gestão e receber (GS MFC)	9.750	1.253	4.433	4.433
Serviços de gestão e receber (GS JUS)	256	72	256	72
Saldo em 31 de dezembro	10.006	1.325	4.689	4.505

17. Investimentos em coligadas e controladas - A movimentação dos investimentos, apresentados nas demonstrações financeiras, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Conta de gestão e receber (GS MFC)	9.750	1.253	4.433	4.433
Serviços de gestão e receber (GS JUS)	256	72	256	72
Saldo em 31 de dezembro	10.006	1.325	4.689	4.505

18. Investimentos em coligadas e controladas - A movimentação dos investimentos, apresentados nas demonstrações financeiras, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Conta de gestão e receber (GS MFC)	9.750	1.253	4.433	4.433
Serviços de gestão e receber (GS JUS)	256	72	256	72
Saldo em 31 de dezembro	10.006	1.325	4.689	4.505

19. Investimentos em coligadas e controladas - A movimentação dos investimentos, apresentados nas demonstrações financeiras, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Conta de gestão e receber (GS MFC)	9.750	1.253	4.433	4.433
Serviços de gestão e receber (GS JUS)	256	72	256	72
Saldo em 31 de dezembro	10.006	1.325	4.689	4.505

20. Investimentos em coligadas e controladas - A movimentação dos investimentos, apresentados nas demonstrações financeiras, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Conta de gestão e receber (GS MFC)	9.750	1.253	4.433	4.433
Serviços de gestão e receber (GS JUS)	256	72	256	72
Saldo em 31 de dezembro	10.006	1.325	4.689	4.505

21. Investimentos em coligadas e controladas - A movimentação dos investimentos, apresentados nas demonstrações financeiras, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Conta de gestão e receber (GS MFC)	9.750	1.253	4.433	4.433
Serviços de gestão e receber (GS JUS)	256	72	256	72
Saldo em 31 de dezembro	10.006	1.325	4.689	4.505

22. Investimentos em coligadas e controladas - A movimentação dos investimentos, apresentados nas demonstrações financeiras, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Conta de gestão e receber (GS MFC)	9.750	1.253	4.433	4.433
Serviços de gestão e receber (GS JUS)	256	72	256	72
Saldo em 31 de dezembro	10.006	1.325	4.689	4.505

23. Investimentos em coligadas e controladas - A movimentação dos investimentos, apresentados nas demonstrações financeiras, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Conta de gestão e receber (GS MFC)	9.750	1.253	4.433	4.433
Serviços de gestão e receber (GS JUS)	256	72	256	72
Saldo em 31 de dezembro	10.006	1.325	4.689	4.505

24. Investimentos em coligadas e controladas - A movimentação dos investimentos, apresentados nas demonstrações financeiras, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Conta de gestão e receber (GS MFC)	9.750	1.253	4.433	4.433
Serviços de gestão e receber (GS JUS)	256	72	256	72
Saldo em 31 de dezembro	10.006	1.325	4.689	4.505

25. Investimentos em coligadas e controladas - A movimentação dos investimentos, apresentados nas demonstrações financeiras, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Conta de gestão e receber (GS MFC)	9.750	1.253	4.433	4.433
Serviços de gestão e receber (GS JUS)	256	72	256	72
Saldo em 31 de dezembro	10.006	1.325	4.689	4.505

26. Investimentos em coligadas e controladas - A movimentação dos investimentos, apresentados nas demonstrações financeiras, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Conta de gestão e receber (GS MFC)	9.750	1.253	4.433	4.433
Serviços de gestão e receber (GS JUS)	256	72	256	72
Saldo em 31 de dezembro	10.006	1.325	4.689	4.505

27. Investimentos em coligadas e controladas - A movimentação dos investimentos, apresentados nas demonstrações financeiras, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Conta de gestão e receber (GS MFC)	9.750	1.253	4.433	4.433
Serviços de gestão e receber (GS JUS)	256	72	256	72
Saldo em 31 de dezembro	10.006	1.325	4.689	4.505

28. Investimentos em coligadas e controladas - A movimentação dos investimentos, apresentados nas demonstrações financeiras, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Conta de gestão e receber (GS MFC)	9.750	1.253	4.433	4.433
Serviços de gestão e receber (GS JUS)	256	72	256	72
Saldo em 31 de dezembro	10.006	1.325	4.689	4.505

29. Investimentos em coligadas e controladas - A movimentação dos investimentos, apresentados nas demonstrações financeiras, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Conta de gestão e receber (GS MFC)	9.750	1.253	4.433	4.433
Serviços de gestão e receber (GS JUS)	256	72	256	72
Saldo em 31 de dezembro	10.006	1.325	4.689	4.505

30. Investimentos em coligadas e controladas - A movimentação dos investimentos, apresentados nas demonstrações financeiras, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Conta de gestão e receber (GS MFC)	9.750	1.253	4.433	4.433
Serviços de gestão e receber (GS JUS)	256	72	256	72
Saldo em 31 de dezembro	10.006	1.325	4.689	4.505

31. Investimentos em coligadas e controladas - A movimentação dos investimentos, apresentados nas demonstrações financeiras, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Conta de gestão e receber (GS MFC)	9.750	1.253	4.433	4.433
Serviços de gestão e receber (GS JUS)	256	72	256	72
Saldo em 31 de dezembro	10.006	1.325	4.689	4.505

32. Investimentos em coligadas e controladas - A movimentação dos investimentos, apresentados nas demonstrações financeiras, é como segue:

	199	173	Não circulante	4.269	12.723	
	<u>8.121</u>	<u>9.670</u>	13. Arrendamentos a pagar: Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 o saldo de arrendamentos a pagar são assim compostos:			
resumo					Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	Operações	Encargos	31/12/2025	31/12/2024
	2.339	2.886	Contratos de aluguel (*)	11.91% a 5,38%	5.388	7.617
		86			5.388	7.617
	<u>2.425</u>	<u>2.972</u>	Total		1.311	1.311
acionadas: Valores a receber com partes			Total não circulante		4.087	6.306



Publique seus atos legais com a tradição e a credibilidade de quem informa há mais de 80 anos.



PUBLICAÇÕES IMPRESSAS E DIGITAIS
Mais alcance, mais credibilidade para sua publicação.



ATENDIMENTO ESPECIALIZADO
para empresas, entidades, associações, comércios e órgãos públicos.



AGILIDADE, ÉTICA E COMPROMISSO
com as exigências legais.

ANÚNCIOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES E UNDERWRITING.
CIÊNCIA DE PUBLICIDADE QUE NOS CONSULTE.

Diário de Notícias
jornaldn.diasp.com.br

Brasil precisa garantir contrapartidas para receber data centers

A expansão dos data centers no Brasil exige planejamento, transparência e regras que garantam benefícios ao país e reduzam impactos socioambientais. A avaliação foi feita por pesquisadores em um debate realizado na segunda-feira (27), em Niterói, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, como parte da programação da 78ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Os professores Mauro Oliveira, do Instituto Federal do Ceará (IFCE), e Dan Levy, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), defenderam que a instalação de grandes centros de processamento de dados precisa ser

acompanhada de políticas públicas e maior participação da comunidade científica.

Para Mauro Oliveira, o Brasil corre o risco de repetir uma lógica histórica de exploração de recursos naturais sem garantir contrapartidas para o desenvolvimento nacional.

“O problema não é receber data centers. O problema é receber esses investimentos sem negociação. O Brasil precisa definir o que quer exigir em troca”, disse Mauro.

Segundo o pesquisador, a discussão sobre data centers ainda está restrita a poucos setores e deveria mobilizar universidades, governo e sociedade.

Ele argumentou que esses empreendimentos trazem desafios relacionados ao consumo de energia, à soberania digital e ao controle da infraestrutura tecnológica.

Oliveira citou o projeto de instalação de um grande data center voltado à inteligência artificial no Ceará. Segundo ele, a unidade deverá consumir cerca de 300 megawatts de potência, demanda equivalente à capacidade de abastecimento de milhões de pessoas.

“O mundo, hoje, não consegue produzir energia suficiente para atender à demanda projetada pelos data centers de inteligência artificial”, disse.

Além da energia, Oliveira defendeu que o país estabeleça mecanismos permanentes de monitoramento, auditoria e transparência sobre os projetos.

“O papel das universidades

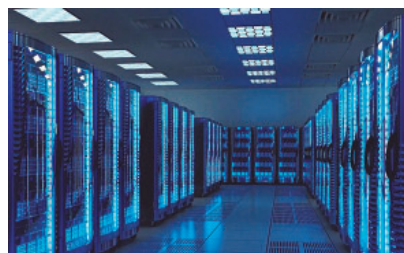


Foto: Reprodução/Google

é participar desse debate. Não somos contra os data centers. Somos contra a ausência da universidade na discussão sobre as condições em que eles estão sendo implantados”, disse.

Impactos

Sob a perspectiva do direito ambiental, Dan Levy argumentou

que os impactos provocados pelos data centers vão além do consumo de água e energia. Segundo ele, também devem ser considerados efeitos como poluição sonora, pressão sobre recursos naturais, conflitos territoriais, desigualdades sociais e riscos para comunidades vulneráveis.

“A transição digital e a transição ecológica não podem ser tratadas como processos independentes. É preciso incorporar critérios de sustentabilidade, transparência e participação social”, defendeu o pesquisador.

Segundo Levy, as comunidades diretamente afetadas precisam participar das decisões relacionadas à implantação desses empreendimentos e não apenas arcar com seus impactos.

O pesquisador também associou a expansão dos data centers ao conceito de colonialismo digital, segundo o qual países do Sul Global passam a fornecer recursos naturais, como energia, água e território, para sustentar a infraestrutura tecnológica das grandes empresas do Norte Global.

“A gente não é contra o desenvolvimento. A questão é como esse desenvolvimento é realizado e quem suporta seus custos”, concluiu. (Agência Brasil)

Estudo propõe avanços na rastreabilidade ambiental da soja e da carne



Foto: Reprodução/Agência Brasil

O Brasil já tem uma capacidade avançada de monitorar as cadeias produtivas da soja e da carne bovina, mas precisa avançar na integração dos instrumentos disponíveis. Essa foi uma das conclusões de pesquisadores que analisaram 21 iniciativas de monitoramento e rastreabilidade socioambiental de dois dos principais produtos da agropecuária nacional.

O resultado foi o estudo Rastreando a Responsabilidade: fortalecendo o monitoramento do desmatamento nas cadeias de suprimento de soja e carne bovina do Brasil, lançado na terça-feira (28) pela organização ambiental WRI Brasil. O objetivo é compreender a atual capacidade do Brasil em acompanhar as crescentes exigências do mercado internacional.

Das 21 iniciativas estudadas, foram analisadas dez voltadas à cadeia produtiva da soja e outras 11 adotadas na produção de carne bovina. Esses instrumentos buscam apoiar o monitoramento e a verificação dos processos de produção nos biomas Amazônia e Cerrado.

A partir da análise e comparação entre as iniciativas, foram apontadas dez recomendações que podem melhorar os atuais instrumentos de controle e servir de orientação para políticas públicas.

Recomendações do estudo

Adoção da propriedade rural como unidade de monitoramento; Uso de fontes oficiais com dados governamentais e cientificamente validados; Verificação da conformidade com o Código Florestal Brasileiro e ausência de violações relacionadas ao trabalho forçado; Implementar auditorias independentes de terceiros e publicar relatórios de transparência; Expandir o monitoramento para todos os biomas; Assegurar que não tenha ocorrido desmatamento ilegal conforme Marco Temporal de 2008; Promover o desmatamento zero após agosto de 2020 em consonância com compromissos nacionais e exigências do mercado internacional; Estabelecer mecanismos para monitorar toda a cadeia de suprimentos, incluindo fornecedores indiretos; Desenvolver sistemas para reintegração de fornecedores em situação de não conformidade, após ações corretivas e a comprovação da regularização;

Estabelecer supervisão participativa e multissetorial de gestão e aprimoramento.

A diretora do Programa de Florestas e Uso da Terra no WRI Brasil, Mariana Oliveira, avalia que a melhoria da rastreabilidade pode influenciar um modelo de desenvolvimento territorial mais sustentável no campo.

Os pesquisadores acreditam que as orientações também têm a capacidade de integrar diferentes atores envolvidos na necessidade de rastreabilidade das cadeias produtivas, por meio de compromissos e responsabilidade compartilhada.

“Hoje, a gente já tem casos de instituições financeiras, por exemplo, no Brasil, que fazem a checagem com bases de dados oficiais e não oficiais. E podemos pensar em como a gente traz para instituições globais — bancos de desenvolvimento, investidores — também incorporar isso nas suas análises de risco”, diz Mariana.

A China, que importou do Brasil US\$ 44,6 bilhões em soja e carne bovina em 2024, é um exemplo de ator que pode se beneficiar com um protocolo estabelecido para a rastreabilidade desses bens, aponta o estudo.

Com a integração das bases de dados e harmonização dos critérios técnicos nas várias instâncias do Estado, países compradores passariam a ter mais facilidade e transparência na avaliação de riscos socioambientais. Por essa razão, os pesquisadores destacam a importância de o Brasil trabalhar em cooperação com esses grandes mercados, como o da China.

Mariana destaca que as reflexões sobre a construção de sistemas estruturados e eficientes de rastreabilidade vão além de atender às demandas de mercado, elas também buscam aproximar os setores de um modelo de desenvolvimento buscado por quem está efetivamente na ponta da produção de commodities como a soja e a carne bovina.

“Um modelo de desenvolvimento que promovia de fato benefícios socioeconômicos, oportunidades, empregos, renda para produtores e produtores rurais, qualidade de vida no campo. Tudo isso passa por um olhar de inovação, mecanização e, nessa cooperação com a China, isso tem muito potencial”, concluiu. (Agência Brasil)

Saiba como vai funcionar a biometria nas eleições deste ano

A biometria será usada mais uma vez para votar nas eleições deste ano. A tecnologia estará disponível em todas as seções eleitorais do país para evitar fraudes e garantir a lisura do pleito.

Apesar da requisição, a biometria não é obrigatória para exercer o direito ao voto. Se o título estiver regular, o eleitor pode votar mesmo sem ter realizado esse cadastro. Neste caso, será exigido o documento de identificação para acesso à urna eletrônica.

Se a urna eletrônica não reconhecer a biometria já realizada, o eleitor continua tendo o direito ao voto. A orientação é que a leitura biométrica possa ser repetida até quatro vezes. Persistindo a dificuldade, a mesa receptora vai confirmar a identidade do eleitor por outros meios de conferência do cadastro. Se as informações coincidirem, o eleitor assina o caderno de votação ou registra a impressão digital, caso não saiba assinar.

Em 2008, a Justiça Eleitoral começou a utilizar os dados da impressão digital para identificar os votantes. A medida foi adotada para aumentar a segurança das eleições e evitar que uma pessoa possa votar no lugar de outra.

Com o cruzamento de informações, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ainda pode detectar eleitores com registros duplicados no cadastro eleitoral.

Cadastro biométrico encerrado

Já não é possível cadastrar a biometria para as eleições de



Foto: Reprodução/Agência Brasil

2026, porque o prazo se encerrou em maio deste ano. O TSE orienta os cidadãos a comparecerem à Justiça Eleitoral após o pleito para realizar o cadastro.

No cadastramento, são cole-

tadas a fotografia, as digitais de todos os dedos da mão e a assinatura do eleitor. As informações são utilizadas para tornar mais seguro o processo eleitoral. (Folhapress)

Conselho pede ao MPSP apuração de venda de medicamentos em máquinas



Foto: Rafael Neudorfer/ABR

Depois de constatar o funcionamento de máquinas automáticas comercializando medicamentos irregularmente em condomínios residenciais e outros locais de grande circulação, o Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo (CRF-SP) acionou o Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) para

apurar a prática.

De acordo com o CRF-SP, o funcionamento das máquinas em áreas comuns de condomínios, permitindo a compra irrestrita de medicamentos, sem verificação de idade, limitação de quantidade ou orientação de um farmacêutico, foi visto em fiscalizações realizadas em São Paulo, Guar-

lhos, São Bernardo do Campo e Santo André.

Segundo a entidade, a legislação sanitária brasileira determina que a dispensação de medicamentos só pode ocorrer em estabelecimentos autorizados, como farmácias e drogarias, com assistência farmacêutica obrigatória.

“A própria Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) já se manifestou formalmente contra a prática e reforça que máquinas automáticas não podem dispensar medicamentos”, destaca o CRF-SP.

O Conselho ressalta ainda que o fácil acesso e sem qualquer controle à automedicação é um risco à saúde pública, principalmente para crianças e adolescentes.

“Mesmo medicamentos isentos de prescrição podem causar intoxicações, reações adversas

graves, interações medicamentosas e até levar à morte quando usados de forma incorreta. Nenhum medicamento é isento de orientação”, alerta a presidente do CRF-SP, Luciana Canetto.

Ao pedir a apuração do MPSP, o CRF-SP também argumentou que há violação de dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do ECA Digital, ao expor crianças e adolescentes ao consumo indiscriminado de substâncias capazes de causar danos à saúde física e mental.

Segundo o CRF-SP, o MPSP instaurou procedimento para ouvir as partes envolvidas, incluindo a empresa responsável pelas máquinas e os órgãos de Vigilância Sanitária, para apuração dos fatos e adoção das medidas cabíveis em defesa da saúde coletiva. (Agência Brasil)

Empreender na terceira idade triplica renda, mostra estudo do Sebrae

Quem formaliza um negócio e empreende na terceira idade pode triplicar a renda. É o que aponta o estudo Empreendedorismo Sênior Sob a Ótica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD Contínua), do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), realizado a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O estudo do Sebrae mostra que, no quarto trimestre de 2025, os empreendedores 60+ formalizados atingiram o maior rendimento médio de toda a série histórica, iniciada em 2012. Em média, eles receberam R\$ 7.458, valor mais de três vezes superior ao rendimento de empreendedores informais (R\$ 2.152).

De acordo com o estudo, a formalização não apenas eleva a renda no curto prazo, mas amplia o retorno ao longo de todo o ciclo de vida do empreendedor e promove avanços na escolaridade

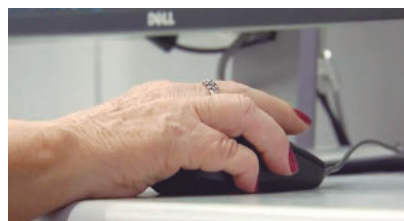


Foto: Reprodução/TV Brasil

dos empreendedores sêniores.

Entre 2012 e 2025, a proporção desses donos de negócio sem instrução ou com ensino fundamental incompleto caiu 22 pontos percentuais, de 68% para 46%. A parcela com ensino médio completo ou mais passou de 24% para 42%, avanço de quase 19 pontos percentuais.

“O Brasil tinha 4,5 milhões de empreendedores sêniores no quarto trimestre de 2025, alta de 59% frente a 2012. Apesar desse

crescimento, o universo de empreendedores acima dos 60 anos ainda representa apenas 15% do total de donos de negócios, enquanto a população sênior corresponde a 20% de todos os brasileiros em idade ativa”, afirma o presidente do Sebrae, Rodrigo Soares.

Conforme os empreendedores envelhecem, cresce a participação como chefes de domicílio. Entre os jovens, a proporção é de 37% e entre os sêniores essa representatividade cresceu para 67%, no

quarto trimestre de 2025. Na direção oposta, a condição de filho no domicílio, comum entre os mais jovens (35,5%), praticamente desaparece entre os idosos (0,7%).

Na série histórica, porém, a proporção de sêniores que ocupam a posição de chefe de domicílio recuou de 78%, em 2012, para 67%, em 2025. A queda foi acompanhada por um aumento na condição de cônjuge, que subiu de 18% para 27% no período.

Apesar dos avanços em escolaridade e renda, o estudo aponta que os empreendedores sêniores foram o grupo etário com menor progresso em formalização e proteção previdenciária na última década.

Entre 2015 e 2025, a formalização entre os empreendedores 60+ avançou pouco mais de 2 pontos percentuais, ante 7,5 pontos percentuais entre os jovens e aproximadamente 7 pontos percentuais entre os adultos. (Agência Brasil)